

NÚCLEO DE EXTENSÃO POPULAR FLOR DE MANDACARU - ASSESSORIA JURÍDICA E EDUCAÇÃO POPULAR EM GÊNERO, FEMINISMO E SEXUALIDADE: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS RELATÓRIOS DE ASSASSINATOS DE LGBT NA PARAÍBA

Ailton Medeiros de Souza Junior¹, Artur Fábio Costa Mendonça¹, Eloísa Slongo¹, Júlio César de Almeida Llarena¹, Paulo Alves Pereira Junior¹, Fredys Orlando Sorto²

O Brasil figura-se em nível mundial como um dos países que mais mata sujeitos LGBT (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), sendo uma morte a cada 28 horas. Contudo, esse esboço fático não consegue tornar-se relevante socialmente e os mecanismos institucionais precarizados empreendidos em seu combate também contribuem para a manutenção desta realidade. Tendo em vista a conjuntura nacional em questão, o Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru (NEP) - projeto de extensão vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (CCJ/UFPB) que assessora juridicamente movimentos sociais e associações populares a partir da perspectiva freiriana de educação popular - por meio de sua frente de Gênero, Feminismo e Sexualidade constrói, desde 2013 e em conjunto com os movimentos sociais LGBT de João Pessoa, os relatórios de assassinatos homotransfóbicos acontecidos na Paraíba. Nos anos de 2013 e 2014 foram contabilizadas 21 (vinte e uma) e 19 (dezenove) mortes, respectivamente. Esses dados foram coletados ao longo de pesquisas ocorridas na Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana e na Delegacia Especializada em Crimes Homofóbicos, bem como por meio de noticiários *online*. As relações travadas entre os componentes dos movimentos LGBT com as vítimas tornavam possível, também, o conhecimento dos casos. Através da utilização dos métodos citados, contabilizamos 5 (cinco) mortes em relatório parcial até junho do corrente ano. Os aspectos brutais característicos da violência que atinge a população LGBT e sua relação com as questões de sexualidade, trabalho, raça, classe e gênero também foi considerada no relatório. Os crimes devem ser caracterizados enquanto homotransfóbicos não apenas pelo fator “motivação”, mas precipuamente porque se dão de forma brutalizada e em lugares geográficos específicos, diferenciando-se de crimes comuns ou mesmo dos crimes passionais. Seu *modus operandi* vai desde espancamentos, estrangulações, apedrejamentos, estupros, até as mutilações de órgãos genitais, não raras vezes precedidos por xingamentos pejorativos cravados em seus corpos. Tamanha brutalidade, entretanto, não é comumente noticiada pelos meios midiáticos. Quando alguns poucos casos ganham notoriedade observa-se que o intuito central é o de descaracterizá-los enquanto crimes de ódio, ao atribuí-los fatores delinqüenciáveis que se apropriam dos próprios corpos marginalizados das vítimas como legitimação dos discursos. Esse cenário vincula-se dialética e simbolicamente à conjuntura nacional notadamente antiprogressista e antidemocrática, em que as frequentes mobilizações por parte de determinados segmentos sociais fundamentalistas e poderes políticos conservadores pretendem retroceder e/ou cessar os insuficientes direitos e garantias constitucionais alcançados

1. Aluno do curso de Direito, colaborador, ailtonmedeirosdesouzajunior@hotmail.com; aluno do curso de Ciências Sociais, colaborador, arturkun@gmail.com; aluna do curso de Direito, colaboradora, eloisaslongo@gmail.com; aluno do curso de Direito, bolsista, juliocesarllarena@gmail.com; aluno do curso de Direito, colaborador, pauloalvspj@gmail.com; 2. Orientador, CCJ, sortofredys@hotmail.com.

pela população LGBT. Em suma, as tentativas midiáticas de desqualificação das mortes homotransfóbicas e a discriminação institucional protagonizada por partidos e organizações políticas só aprofundam a desigualdade material de direitos existente em função da identidade de gênero e sexualidade dos sujeitos que formam a sigla LGBT. Os movimentos LGBT têm necessidade de “contar seus mortos” pelo fato de enxergarem no relatório de crimes homotransfóbicos um importante instrumento de visibilização da existência e materialização dos discursos de ódio, por meio do qual também os denuncia e cobram políticas públicas estatais que possam garantir a proteção e a defesa do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: brutalidade, crimes de ódio, identidade de gênero, sexualidade, violência